



Yara Maria Soares Costa da Silveira,
Universidade Estadual de Montes Claros ~
yara.mariasilveira@gmail.com

Mário Sérgio Costa da Silveira,
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
do Norte de Minas ~ mscostasilveira@yahoo.com.br

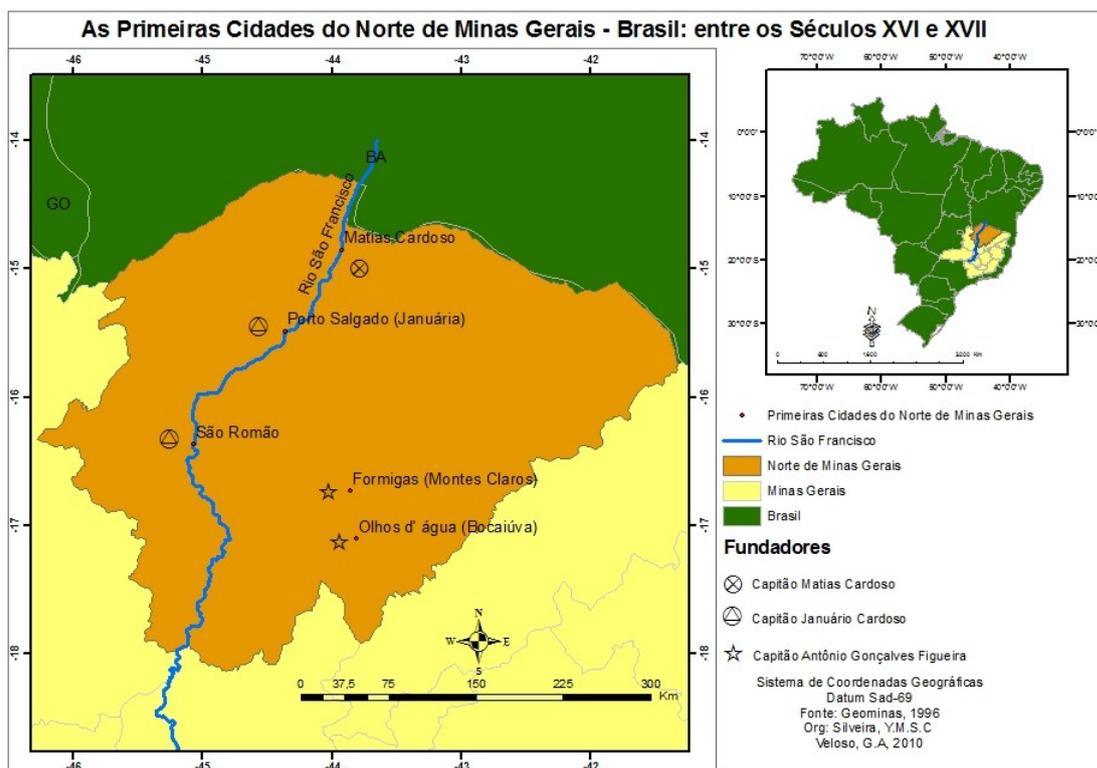
O processo de ocupação do espaço norte mineiro do século XVI aos anos de 1920: uma análise das primeiras atividades econômicas

Sessão temática

1. O processo de ocupação e o desenvolvimento das primeiras atividades econômicas na região

Ao tratarmos sobre o processo de ocupação da região Norte Mineira, faz-se mister salientar que os primeiros habitantes da região foram grupos indígenas que há aproximadamente 10.000 anos já habitavam a região, sobrevivendo da caça, pesca e extrativismo. Posteriormente, com o descobrimento do Brasil e a conseqüente chegada dos conquistadores, esta estrutura começa a se desagregar, cedendo lugar a relações econômicas mais complexas.

No que se refere à região Norte Mineira, parece ser ponto comum a tese de que a região teve seu povoamento intimamente relacionado à expansão da pecuária extensiva, que cada vez mais se interiorizava, subindo o Rio São Francisco, bem como pelas Bandeiras baianas e paulistas, que a partir dos séculos XVI e XVII, respectivamente, começaram a desbravar o interior do Brasil. Tais expedições tiveram de início a finalidade de reconhecer e posteriormente de se apossar das terras descobertas. Em ambos os casos, porém, havia um grande interesse em descobrir e explorar as riquezas naturais, principalmente o ouro e as pedras preciosas.



Mapa 01: As Primeiras Cidades do Norte de Minas Gerais: entre o século XVI e XVII. Organização: Veloso, G. A e Silveira, Y. M. S. C. 2010.

Dentro desse contexto, os primeiros movimentos populacionais direcionados à região Norte de Minas datam do século XVI, quando a expedição de Spinoza Navarro, vinda da Bahia, faz o reconhecimento da região subindo pelo rio Jequitinhonha e descendo pelo São Francisco; mas de acordo com Mata-Machado (1991), estes não chegaram a se fixar na região, o que só vem a ocorrer na expedição de Francisco Garcia Dias d'Ávila, em 1582. No entanto, é da expedição de Matias Cardoso que se originaram os principais povoados da região: Matias Cardoso, primeiro povoado da região, cujo nome homenageia seu fundador; Barra do Rio das Velhas, posteriormente conhecido como Guaicuí; Olhos d'água e Formigas, hoje conhecidos respectivamente como Bocaiúva e Montes Claros, fundados pelo Capitão Antônio Figueira, além de São Romão e Porto do Salgado (hoje Januária), fundados por Januário Cardoso.

Mata-Machado também dá destaque para os dois principais movimentos migratórios determinantes para a ocupação desta região, oriundos do Nordeste, principalmente de Pernambuco e Bahia, e outro do sudeste, saindo de São Paulo, como retrata Mata-Machado (1991):

O sertão Noroeste de Minas foi ocupado simultaneamente pelos vaqueiros que seguiram o curso do rio desde a Bahia e Pernambuco, e pelos bandeirantes paulistas que, movendo guerra ao gentio, fundaram povoados e se estabeleceram, como grandes criadores. (MATA-MACHADO, 1991, p.24).

Vale destacar ainda a importante Bandeira de Fernão Dias Paes que, na época, incentivado pela Coroa, tinha como finalidade primordial encontrar pedras e metais preciosos. Simonsen (1977, p.272), se refere da seguinte forma à mesma.

A grande bandeira de Fernão Dias Paes, o governador das esmeraldas, que cruzou as regiões mineradoras por mais de seis anos em rotas bem diversas das que habitualmente seguiram os bandeirantes na sua caçada, por pedras e metais preciosos.

No que se refere à economia da época, autores como Simonsen (1977) e Furtado (1968), salientam que as atividades açucareiras que se iniciaram no Brasil ainda na primeira metade do

século XVI intensificaram-se principalmente em função da alta no preço internacional do açúcar, que perdurou pelo menos até o terceiro quarto do século XVII. Para termos uma idéia de tal importância do açúcar na economia colonial brasileira, basta lembrar que, conforme salienta Simonsen (1977, p.115), “o açúcar brasileiro dominou o comércio do produto entre 1600 e 1700, (...) numa época em que era o mais importante artigo do escambo marítimo internacional”. Simultaneamente o gado bovino desempenha um significativo papel, pois dava sustentação às atividades coloniais que contribuíram para a expansão pastoril no Brasil, primeiramente ligada diretamente às atividades canavieiras e assumindo, posteriormente, certa independência, não se desvinculando, no entanto, da economia açucareira.

Só num terceiro momento é que ocorre uma segmentação entre as atividades agrícolas e pastoris, com esta última se expandindo em direção ao interior. A segmentação verificada entre as atividades açucareira e pastoril é comentada por Furtado (1968, p.62), destacando que a pecuária chegou a ser proibida pelo Governo português nas áreas litorâneas. Este mesmo autor enfatiza ainda que além de políticas dessa natureza, outras características contribuíram para que a atividade pastoril se apresentasse como um fator de fundamental importância na penetração e ocupação do interior do país, tais como: exploração extensiva e itinerante das terras, necessidade de uma permanente expansão independente das condições de procura como forma de se realizar a acumulação do capital. Na concepção de Mata-Machado (1991), a concessão de Sesmarias também foi outro fator importante para o povoamento da região. Merecem destaque as Sesmarias concedidas às famílias de Garcia de Ávila (conhecida como Casa da Torre) e a de Antônio Guedes de Brito (conhecida como Casa da Ponte), localizadas respectivamente nas margens direita e esquerda do Rio São Francisco. Nestas sesmarias, a atividade principal era a pecuária extensiva.

A atividade pastoril se expandiu muito rapidamente na região, tornando-se uma atividade básica e de grande importância econômica. Assim, devido às características do povoamento norte-mineiro, a região desenvolveu uma estrutura econômica calcada na pecuária extensiva e na cultura agrícola de subsistência. O fato de estas atividades terem se caracterizado pela utilização de grandes espaços territoriais e pouca mão-de-obra, fez com que o povoamento se realizasse de forma rarefeita, surgindo povoados, normalmente às margens dos rios (principalmente o São Francisco) e ao longo das rotas comerciais, preferencialmente onde havia alguma forma de cultura agrícola de pequena escala. Sobre isto, Augusto (1988, p.02) afirma que:

Para o abastecimento da população nos pequenos e isolados povoados e nas fazendas dispersas, surgem lavouras de subsistência, frequentemente associadas à pecuária. Localizadas nas veredas ou buritizais, seu excedente destinava-se inicialmente apenas aos viajantes e comerciantes que passavam pela região.

Quanto à pequena produção agrícola existente neste período, Mata-Machado (1991, p.30) retrata que a mesma normalmente era destinada ao consumo do próprio vaqueiro. A mandioca era a principal fonte alimentar e o principal componente era a mandioca, complementada com o cultivo do milho, feijão e cana-de-açúcar, esta última com a finalidade de produzir rapadura e cachaça; além desses produtos, a dieta do vaqueiro era suprida pela carne de boi e por outros produtos procedentes da agricultura, da caça e da pesca. Dentro deste contexto, Mata-Machado (1991, p.30) lembra-nos da importância que a pecuária exercia dentro da vida socioeconômica da região que fornecia a matéria-prima fundamental da época, o couro. O mesmo autor fala que o couro de boi era um produto de exportação regional de grande aceitação, pois era com ele que se embalavam produtos como tabaco, sal e algodão, todos muito valorizados na época. Conforme destaca o referido autor, também para o uso cotidiano da população regional o produto tinha muita serventia:

De couro era a porta das cabanas, o rude leite aplicado ao chão duro e mais tarde a cama para partos, de couro todas as cordas, a borracha para carregar água, o Mocó ou alforje para levar comida, a maca para guardar roupa, a mochila para milhar cavalo, a peia para guardar roupa, a mochila para faca, as borrachas e surrões, a roupa de entrar no mato, os bangüês para curtume ou para apurar sal, para os açudes, o material de aterro era levado em couros puxados por juntas de boi (...).

Percebe-se, portanto, a grande importância da atividade pastoril para a região, tanto no caráter econômico - em que a mesma servia de exportadora para outras regiões da colônia,

como do ponto de vista da vida do cotidiano da região, que era praticamente realizada através dos produtos obtidos com a criação bovina.

1.1 A busca do ouro e a função econômica do Norte de Minas

A partir dos últimos anos do século XVII e durante a metade do século subsequente, a atividade mineradora foi hegemônica no Brasil, tendo grande importância para a economia colonial intensificando o migratório para as regiões mineradoras da colônia. Simonsen (1977, p.258) afirma que a atividade aurífera do século XVIII ouro contribuiu para formar um dos maiores estoques mundiais deste metal. Porém, para que essa produção atingisse tal apogeu, precisou encontrar um ambiente econômico bem mais estruturado do que o encontrado pela atividade açucareira, que precisou desbravar as terras desconhecidas além de formar um ambiente econômico para que se pudesse comercializar tal produto. No entanto, a atividade mineradora foi beneficiada com a estruturação territorial e econômica formada pelos povoados das regiões e a atividade pastoril já existente na colônia, especialmente pela pecuária extensiva e pela agricultura de subsistência praticada na região Norte do Estado de Minas Gerais. A localização geográfica estratégica da região favoreceu a atividade pastoril, contribuindo para que esta se tornasse abastecedora de gêneros alimentícios e de produtos manufaturados primários. O abastecimento era efetuado em lombos de burros, dadas as dificuldades de acesso. Percebe-se, portanto, que a mineração contribuiu de forma significativa para a dinamização da economia norte-mineira, pois o Sertão do São Francisco tornou-se o principal fornecedor das minas que, segundo Mata Machado (1991, p.37), "era de onde vinha as boiadas e os gêneros alimentícios e por onde passavam os comboios de escravos para serem vendidos nas regiões das minas e os produtos importados provenientes de Salvador". Assim a atividade foi capaz de proporcionar no Norte Mineiro importante acúmulo de capital.

2. O ciclo do algodão e da borracha no Norte de Minas e sua importância econômica para a região

Com o decorrer do tempo, a atividade mineradora que era a mais importante do período começa a perder sua força. Simonsen (1977, p.62) comenta que este desaquecimento teve relação com a forma rudimentar que a extração era feita, pois se extraía o ouro aluvial - encontrado nas areias e nos cascalhos dos rios - e, na medida em que estas reservas se esgotavam, o governo português, que dispunha de dispendiosa e ineficiente administração, não teve como custear a reorganização da atividade em moldes tecnicamente mais avançados.

Nesse contexto, o colapso da economia mineradora afetou a soberania da região Norte Mineira, pois para a região das minas havia se deslocado grande contingente populacional que era normalmente suprido por alimentos norte-mineiros. Stralen (1980, p.89) salienta que embora a demanda por alimentos tenha diminuído, sua produção agrícola na região ampliou-se. Tal fato aconteceu devido grande parte da população, que antes se dedicava às atividades mineradoras, ter passado a se dedicar à exploração agrícola, como forma de garantir sua sobrevivência.

Paralelamente, enquanto as atividades mineradoras perdiam impulso no interior brasileiro, no âmbito exterior ganhava força a revolução industrial, que marcava profundas transformações no sistema produtivo do mundo. Transformações na indústria têxtil motivaram o aumento do preço do algodão, por isso mesmo, houve, na concepção de Stralen (1980, p.102), um enorme crescimento de seu cultivo no Brasil, desde o Nordeste até o Norte de Minas, pois tais regiões eram propícias à cotonicultura. Surge assim uma importante área produtora localizada na divisa de Minas com a Bahia, de onde procedia na época a maior parte do produto que era exportado pela Bahia e Rio de Janeiro. Na região norte-mineira, conforme destaca Andrade (1982, p.73), o algodão era cultivado em áreas cercadas, muitas vezes associada ao milho e ao feijão. O caráter mercantil da produção provocou o aparecimento de muitas bolandeiras e posteriormente de descaroadoras motorizadas - equipamentos que tinham a finalidade de separar a fibra do caroço do algodão, sendo a fibra transportada em lombos de burro para pontos de comércio e os caroços usados na alimentação bovina, principalmente durante os períodos de secas constante na região. O autor ainda relata que as atividades ligadas ao algodão chegaram a integrar o conjunto de afazeres cotidianos de boa parte da população. A importância do ciclo do algodão para a região pode ser confirmada por Mata-Machado (1991, p.124): "vinte estabelecimentos têxteis se implantaram em Minas Gerais entre 1872 e 1899, onde estas indústrias eram abastecidas com o algodão proveniente da região Norte Mineira". Além do fato de que em 1880 funda-se em Montes Claros uma sociedade denominada Rodrigues, Soares, Bittencourt, Veloso

e Cia, que instalou uma fábrica destinada à produção de tecidos de algodão operando localmente a partir de 1882.

Outro produto que foi bastante explorado na região e que representou relevante importância econômica no decorrer do seu ciclo foi a borracha, e a subsequente extração do látex no Vale do São Francisco. Ao final do século XIX, concentrou-se entre os Municípios de Januária – MG e Remanso - BA. Mata Machado (1991, p.156) escreveu que o desenvolvimento da atividade foi semelhante àquele ocorrido na Amazônia, ou seja, atraiu grande massa populacional, com maior número de nordestinos; sua exploração foi efetuada de forma predatória. Em algumas cidades da região houve substancial evolução da economia, dentre elas pode-se citar a cidade de Januária - MG que despontou-se como importante produtora de látex - neste período o município coletava a produção regional e parcela da extra-regional que através de Pirapora era encaminhada até à Bahia e ao Rio de Janeiro e para exportação, chegando a encaminhar 8.000 toneladas para o Rio de Janeiro e 4.000 para a Bahia. Mata Machado (1991, p.119) relata que o látex teve relevante participação nas exportações realizadas pelo país e que Januária comercializava a produção de Goiás e dos municípios mineiros de Paracatu, Rio Pardo, Montes Claros, Tremedal, Brasília de Minas e São Francisco. No entanto, esta importância econômica de Januária foi paulatinamente perdida no decorrer do próprio ciclo para a cidade de Pirapora, que vinha superando economicamente também a localidade de Guaicuí.



Figura 01: Bricolagem de fotos do Norte de Minas Gerais: 1 – Escravos e senhores em latifúndio mineiro; 2 – Vaqueiro Norte Mineiro; 3 – Rio São Francisco; 4 – Primeira Igreja na cidade de Matias Cardoso em Minas Gerais. Fonte: googleimagens.com. Organização: Silveira, Y. M. S. C. 2010.

2.1 A expansão ferroviária e as relações econômicas no Norte de Minas

Em 1904, a via férrea chegou a Belo Horizonte e estendeu-se até Curvelo, avançando até as proximidades de um lugarejo conhecido como Palma Velha, município de Pirapora onde, em 1910, é inaugurada a estação de Várzea da Palma. Neto (1982, p.27) destaca que com a inauguração desta estação houve aumento no deslocamento de pessoas em direção à pequena localidade de Palma Velha o que contribuiu para a formação da cidade de Várzea da Palma. Somente em 1911 a via férrea chega a Pirapora.

Em finais do século XIX, a cidade de Pirapora já havia conquistado posição de destaque na economia regional, e com a chegada da ferrovia assumiu a condição de “ponta de trilhos”. Mata Machado (1991, p.125), afirma que este município passou a centralizar o comércio de todo o sertão noroeste de Minas, transformando-se no maior centro industrial regional. A linha férrea trazia consigo propósitos muito ambiciosos, pois esta, que fora denominada “Linha do Centro da Estrada de Ferro Central do Brasil”, fazia a interligação entre os Vales do Rio das Velhas e do São Francisco com os mercados consumidores do Centro Sul do Brasil. Belo Horizonte passou a ser, desta forma, o grande centro comercial re-distribuidor de produtos de subsistência e de outras mercadorias. Pretendia-se, ainda, formar um mercado consumidor no interior do país, onde se realizaria a exportação dos produtos. A estrada de ferro ofereceu também a possibilidade de Pirapora incrementar suas relações mercantis, apresentando-se como grande centro econômico no Norte de Minas. Mata Machado (1991, p.126) relata que:

Pirapora (...), estava se tornando assim, o centro irradiador da economia do Rio (...) os tecidos mineiros e cariocas, a cerveja paulista, tudo saía de Pirapora para Minas Goiás (por Januária), Bahia, Piauí (pelo porto de Remanso) e Pernambuco por Petrolina. Pirapora fornece o Sertão do São Francisco e dele recebe tudo exceto as peles (...)

Nesse contexto, as relações inter-regionais se processavam tanto com o Nordeste quanto com importantes centros comerciais do Centro Sul, dando à cidade um papel econômico de destaque regional e nacional. Posteriormente, conforme destaca Lessa (1993, p.151-166), definiu-se através do plano ferroviário que a ferrovia deveria avançar em dois sentidos: primeiramente deveria se estender de Pirapora até Belém do Pará e posteriormente ligaria Minas Gerais à Bahia através da construção de um ramal que viria da cidade de Corinto – MG, passando por Bocaiúva, Montes Claros e seguiria em direção ao Nordeste. Porém, a expansão da via férrea de Pirapora até Belém apenas foi iniciada; todavia, apesar da euforia com que as lideranças regionais esperavam a obra, o declínio do ciclo da borracha na Amazônia fez com que, a partir de 1918 os interesses nacionais se alterassem e dentro dessa nova realidade econômica tornou-se prioridade a ligação férrea de Minas Gerais com a Bahia, através da expansão da linha vinda de Corinto - MG, passando por Montes Claros (Lessa, 1993.p.151-166). Tal trecho tornou-se tão importante que assumiu a condição de Linha do Centro da Estrada de Ferro Central do Brasil, onde na mesma data o trecho que passava por Pirapora foi rebaixado à condição de ramal. Com essa situação o município de Montes Claros teve sua economia reforçada, assumindo a condição de “boca do Sertão”, consolidando-se como grande arrecadador e re-distribuidor de produtos regionais e extra-regionais. Como destaca AMAMS (1993, p.10-11), com a expansão ferroviária para a cidade de Montes Claros ocorreu a perda da importância econômica das cidades ribeirinhas e o aumento no deslocamento do eixo econômico das localidades próximas ao Rio São Francisco, que até o eventual momento apresentava-se como o maior integrador dos municípios por onde passava. Percebe-se que a estrada de ferro foi de fundamental importância no processo de reorientação econômica da região, rompendo seu isolamento desde o início do século XVIII, especialmente a partir da Sedição em 1736.

3. Considerações Finais

A região Norte de Minas Gerais teve seu processo de ocupação intimamente ligado à expansão da pecuária bovina que, praticada extensivamente, subiu o Rio São Francisco, provocou seu povoamento e reforçou as atividades propostas pelas Entradas e Bandeiras Nordestinas e Paulistas, bem como a concessão de Sesmarias. A pecuária e a agricultura de subsistência neste momento de ocupação caracterizaram-se como uma das primeiras atividades econômicas da região. Com o apogeu do período minerador no Brasil, o Norte de Minas desponta como importante e atraente mercado abastecedor de produtos derivados da pecuária e de gêneros alimentícios, devido à sua posição geográfica estratégica e às características de sua estrutura produtiva. No entanto, durante o período aurífero a região sofreu uma série de sanções comerciais por parte da coroa portuguesa, sanções estas que tinham por finalidade recolher o fisco. Assim deu-se origem a um longo processo de isolamento da região que foi impedida de se relacionar comercialmente com outras partes do país. O Norte de Minas viu-se, assim, obrigado a voltar-se para si mesmo, redefinindo suas relações sócio-econômicas. A cotonicultura foi outra atividade desenvolvida na região, alterando a realidade econômica de algumas cidades da região, como Montes Claros e Pirapora, cujas economias foram dinamizadas em função da

produção do algodão. Em outros casos, como Guaiçuí, a cidade perdeu seu impulso econômico em função desta atividade. O látex também foi importante para o mercado, particularmente para Januária, que coletava a produção regional e parcela extra-regional destinada, através de Pirapora, à Bahia e Rio de Janeiro para daí ser exportado. A chegada da Ferrovia na região propiciou a expansão econômica e beneficiou em um primeiro momento as localidades próximas ao Rio São Francisco e posteriormente àquelas mais afastadas. A ferrovia representou bem mais que uma possibilidade para o incremento das relações comerciais, representou a via pela qual o Norte de Minas iniciou sua integração com a dinâmica econômica do Centro Sul do país. Todas essas atividades econômicas descritas contribuíram em diversos graus para que a região Norte Mineira pudesse apresentar na atualidade um quadro sócio-econômico de importante conexão entre o Nordeste e o Centro Sul do Brasil.

4. Referências Bibliográficas

Anastásia C (1993) *A Sedição de 1736: Estudo Comparativo Entre A zona Dinâmica da Mineração e a Zona Marginal do Sertão Agro-Pastoril de São Francisco*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

Lessa S (1993) *Trem de ferro: Do Comopolitismo ao Sertão*. Dissertação de doutoramento, Universidade Estadual de Campinas, Campinas (SP).

Mata-Machado B (1991) *A História do Sertão Noroeste de Minas Gerais (1690-1930)*. Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte.

Machado A, *et al* (1987) *A Pequena Produção Rural na Região de Montes Claros*. CTA/FASE, Montes Claros (MG).

Neto M (1982) *Monografia de Várzea da Palma: Dados para a História*. Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte.

Prado J (1978) *História Econômica do Brasil*. Brasiliense, São Paulo.

Simonsen R (1977) *História Econômica do Brasil: 1500/1820*. Nacional, São Paulo.

Solá C (1991) *A História do Norte Mineiro e as Ruínas de Mocambinho - MG*. IEPHA, Belo Horizonte.

Stralen C (1980) *A capitalização do campo e as políticas de Saúde; O caso do Norte de Minas*. Fundação de desenvolvimento da pesquisa / Centro Regional de Saúde de Montes Claros, Belo Horizonte.